

R\$ 350 bilhões a menos em educação

Rio 2036

A new Brazil!

20-year
freeze on health and
education funding

Recorde de cortes

> Campanha Rio2036 nas redes e nas ruas mobiliza contra PEC que impõe teto de gastos ao orçamento

LUIZ MARANHÃO
maranhão@adufrrj.org.br

Com blog (rio2036.com), perfis nas redes sociais e adesivos bilingue espalhados pela cidade, a Campanha Rio 2036 foi lançada durante a Olimpíada. O movimento aproveita a atmosfera olímpica para mobilizar forças contra aprovação de um projeto que muda a Constituição. A Rio2036 pretende esclarecer sobre os efeitos devastadores dessa proposta e pressionar os parlamentares para a sua rejeição.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 prospera no Congresso Nacional. Ela acaba de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O projeto põe o país no rumo do desastre social, de acordo com especialistas em contas públicas. A PEC 241 fixa um teto para gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Em duas décadas, as despesas primárias (gastos com pessoal, saúde, educação, previdência) seriam reajustadas apenas com base na inflação do ano anterior. O orçamento ficaria livre, no entanto, para o pagamento de juros e outras operações financeiras.

O projeto do ministro da Fazenda,

Henrique Meirelles revoga por 20 anos o artigo 212 da Constituição que obriga a União a aplicar o mínimo de 18% da receita em educação. Nos estados e municípios, 25%. A saúde, que também tem suas despesas vinculadas constitucionalmente, a exemplo da educação, perderia a prerrogativa.

Prevalecendo a fórmula, o padrão de gasto público do Brasil em relação ao PIB seria equiparado a países com economias bem menores do que a nossa, diz a economista e professora da USP Laura Carvalho. “Se vigorasse no ano passado, os gastos com educação teriam sido reduzidos em 70% em 2015”, estima a docente.

A professora faz outra projeção. Se o PIB brasileiro crescer nos próximos 20 anos no ritmo dos anos 1980 e 1990, passaríamos de um percentual de gastos públicos em relação ao PIB da ordem de 40% para 25%. Trata-se de patamar semelhante ao verificado no Afeganistão, Camboja e Camarões.

O novo regime fiscal que o governo interino de Michel Temer quer implantar se baseia, essencialmente, no corte de gastos. Na semana passada a Câmara votou o [Projeto de Lei Complementar 257](#) que limita os gastos públicos nos estados por dois anos.

Viva esta
emoção!

R\$ 350 bilhões
a menos em educação

20 anos
de educação

Record!

rio2036.com

20 anos

de investimentos
sociais congelados

Record!

20 years breaking down the public
health and education system

rio2036.com

para quebrar

Brazil!

Rio 2036

Hospital eliminado dos Jogos

> Diretor alega falta de profissionais para atender convocação da prefeitura

SILVANA SÁ E ISADORA VILARDO
silvana@adufRJ.org.br

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho foi convocado pela Prefeitura do Rio para compor a rede de atendimento em caso de catástrofes durante as Olimpíadas e Paralimpíadas. A ideia era aproveitar os 119 leitos recém-inaugurados de enfermaria, emergência e CTI. O serviço, contudo, não foi prestado. Segundo a direção do hospital, não há funcionários suficientes.

O diretor da unidade, Eduardo Côrtes, informou que foram solicitadas 180 novas contratações ao MEC para pôr em funcionamento os novos leitos. E que não obteve resposta. Uma pista para o silêncio pode estar na relação desfavorável entre o número de funcionários e os leitos ativos.

Atualmente, o hospital possui 2.221 servidores efetivos, 722 trabalhadores extraquadros e apenas 260 leitos

ativos. Não há atendimento de emergência. A relação é de 11 funcionários para cada leito. Para efeitos de comparação, o hospital de Clínicas de Porto Alegre, que também é de ensino, possui 842 leitos ativos e 6.396 servidores. São sete funcionários por leito.

O especialista em gestão hospitalar do Instituto Coppead, Cláudio Nunes, diz que a relação entre funcionários e leito “é importante, mas não suficiente”. Isso porque o caráter de alta complexidade do HU “impacta de forma determinante no número de funcionários”. Nunes, contudo, reconhece: “De fato, 11 funcionários por leito me parece elevado”.

Côrtes explica os números: “Nosso hospital não tem um sistema informatizado e a média de idade dos servidores é de 51 anos, o que aumenta a necessidade de mais profissionais”. Ele discorda que os números sejam elevados. “Estudos de referência apontam uma variação de 5,4 a 13,6 funcionários por leito. Estamos dentro da média”.

DOAÇÕES DE SANGUE



■ A colaboração do hospital com as Olimpíadas tem sido na manutenção dos estoques de sangue durante o mês de agosto. As doações podem ser realizadas no terceiro andar, no setor de hemoterapia, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30. É necessário portar documento de identidade com foto, ter entre 18 e 69 anos, estar bem de saúde e bem alimentado. Pessoas entre 16 e 18 anos podem doar com autorização dos pais.

Cadê a solidariedade no Caronaê?

> Cobrança por caronas no Fundão divide opiniões. A “ajuda de custo” varia entre R\$3 a R\$6

TATIANA LIMA
tatianalima@adufRJ.org.br

Chegar ou sair do Fundão se transformou numa maratona desde o início dos Jogos Olímpicos com duas faixas reduzidas na Linha Amarela para mobilidade das delegações. O projeto “Transporte Solidário: CARONAÊ” é uma das opções para fugir da “modalidade” engarrafamento, mas motoristas cadastrados vêm cobrando pelas caronas.

Carlos Ferreira, do curso Defesa e Gestão Estratégica Internacional, afirma que a cobrança é incoerente.

“Está fora da proposta do aplicativo de transformar a UFRJ em uma comunidade com um estudante podendo contar com o outro. Se quer cobrar, o seu lugar é o Uber”. Amanda Varela, mestranda de engenharia Metalúrgica, discorda. “Se for feita de comum acordo não vejo problema. Só não pode ser um valor abusivo. Não é táxi”.

A cobrança não é ilegal explica Michel Balassiano, um dos criadores do Caronaê. “Para os usuários que entram em contato conosco, esclarecemos que não é legalmente permitida, mas não é ilegal voluntariamente contribuir pela carona”.

